



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



**Processo nº** 14751.000146/2008-32  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** 2201-008.319 – 2ª Seção de Julgamento / 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária  
**Sessão de** 02 de fevereiro de 2021  
**Recorrente** JOACIR FERNANDO DE FREITAS DE MELO  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/01/2004 a 31/12/2006

**AUTO DE INFRAÇÃO. GFIP. FATOS GERADORES NÃO DECLARADOS. MULTA.**

A apresentação de GFIP com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias constitui infração legislação punível com multa.

**ALEGAÇÕES NOVAS. NÃO CONHECIMENTO. INOVAÇÃO RECURSAL. PRECLUSÃO PROCESSUAL.**

O Recurso Voluntário deve ater-se às matérias mencionadas na impugnação ou suscitadas na decisão recorrida, impondo-se o não conhecimento em relação àquelas que não tenham sido impugnadas ou mencionadas no acórdão de primeira instância administrativa em decorrência da preclusão processual.

Considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo contribuinte.

**NÃO APRESENTAÇÃO DE NOVAS RAZÕES DE DEFESA PERANTE A SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. CONFIRMAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA.**

Não tendo sido apresentadas novas razões de defesa perante a segunda instância administrativa, adota-se a decisão recorrida, mediante transcrição de seu inteiro teor.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer em parte do recurso voluntário, por este tratar de temas estranhos ao litígio administrativo instaurado com a impugnação ao lançamento. Na parte conhecida, por unanimidade de votos, em negar-lhe provimento.

(documento assinado digitalmente)

Carlos Alberto do Amaral Azeredo - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Francisco Nogueira Guarita - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim, Francisco Nogueira Guarita, Douglas Kakazu Kushiya, Débora Fofano dos Santos, Sávio Salomão de Almeida Nóbrega e Carlos Alberto do Amaral Azeredo (Presidente). Ausente o conselheiro Daniel Melo Mendes Bezerra.

## Relatório

O presente processo trata de recurso voluntário em face do Acórdão n.º 11-23.953 – 7ª Turma da DRJ/REC, fls. 34 a 36.

Trata de autuação referente a contribuições sociais destinadas à Seguridade Social e, por sua precisão e clareza, utilizarei o relatório elaborado no curso do voto condutor relativo ao julgamento de 1ª Instância.

Auto-de-infração (AI) para a aplicação de multa por descumprimento de obrigação acessória, em razão de o Autuado ter apresentado Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias, nas competências de 01/2004 a 12/2006, conforme registrado na Descrição Sumária (f. 1) e no Relatório Fiscal da Infração (f. 5).

Pela infração foi emitido o presente AI DEBCAD n.º 37.150.342-6, no valor de R\$ 11.639,92, protocolado no Ministério da Fazenda sob n.º 14751.000146/2008-32, conforme consta no cabeçalho deste Acórdão.

No Relatório Fiscal (f. 5), apontou-se que o Autuado declarou nas GFIP ser optante pelo sistema SIMPLES de tributação, quando, na verdade, foi excluído de ofício desse sistema pela Receita Federal do Brasil, com efeitos a partir de 01/08/1999. Desse modo, deixou de informar as contribuições patronais devidas, reduzindo o valor devido.

Esta conduta foi caracterizada pelo Autuante como infração ao art. 32, inciso IV e §5º da Lei n.º 8.212/91, combinado com o art. 225, IV e §4º. do Regulamento da Previdência Social (RPS) aprovado pelo Decreto n.º. 3.048/99.

A Fiscalização imputou penalidade correspondente ao valor da contribuição que deixou de ser declarada, limitada, por competência, aos valores previstos no §4º. do art. 32 da Lei n.º 8.212/91, conforme demonstrado (f. 9).

Cientificado do lançamento em 11/03/2008 (f. 15), o Autuado apresentou impugnação (f. 23), desacompanhada de documentos, requerendo a improcedência do AI, argumentando, em síntese, que:

(a) recebeu do auditor o TIAF e pediu prazo para pegar e separar a documentação, o qual foi concedido;

(b) o auditor ligou algumas vezes para o escritório, mas não encontrou o titular da firma. Certo dia, o auditor foi à empresa, encontrou o titular e pediu a documentação. O contribuinte informou que não havia separado toda a documentação e o auditor falou que levaria o que estava disponível e se precisasse pediria posteriormente;

(c) o auditor não voltou a pedir a documentação, tendo retornado à empresa com os autos de infração e encerramento fiscal.

Eis, em resumo, o que há para relatar.

Ao julgar a impugnação, o órgão julgador de 1ª instância, decidiu que não assiste razão ao contribuinte, de acordo com a seguinte ementa:

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/01/2004 a 31/12/2006

**AUTO DE INFRAÇÃO (AI). GFIP. FATOS GERADORES NÃO DECLARADOS. MULTA.**

A apresentação de GFIP com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias constitui infração legislação punível com multa.

**Lançamento Procedente**

O contribuinte interpôs recurso voluntário às fls. 40, refutando os termos do lançamento e da decisão de piso.

## **Voto**

Conselheiro Francisco Nogueira Guarita, Relator.

O presente Recurso Voluntário foi formalizado dentro do prazo a que alude o artigo 33 do Decreto n. 70.235/72 e preenche os demais pressupostos de admissibilidade, daí por que devo conhecê-lo e, por isso mesmo, passo a apreciá-lo em suas alegações meritórias.

Observo, de logo, que o recorrente, igualmente à impugnação, optou por elaborar um recurso extremamente resumido, além de repisar vagamente os argumentos apresentados por ocasião da impugnação, inovou de uma forma bem genérica, informando que a autuação se deu pela sua exclusão retroativa do SIMPLES e que caberia à Receita Federal tê-lo informado da referida exclusão, conforme os trechos de seu recurso a seguir apresentados:

A firma JOACIR FERNANDO DE FREITAS MELO, inscrita no CNPJ sob o nº 03.285.850/0001-71, vem através deste, manifestar sua inconformidade com o acórdão nº 11-23-953, o contribuinte informou na defesa inicial que não entregou a documentação das obrigações acessórias porque o auditor fiscal que prolatou o auto de infração, ao contribuinte, ficou de pegar tais documentos com o titular da empresa e não compareceu e assim não poderia autuar o contribuinte por falta de documentos, pois o contribuinte estava de posse de tais documentos.

Quanto ao relatório da turma julgadora não se pode condenar e autuar o contribuinte por apresentar informação divergente em (GFIP), pois as informações dadas pelo contribuinte estavam verdadeiramente corretas pois a empresa na época ERA SIM DO SIMPLES, e portanto não poderia não sido feito diferente, o contribuinte foi INDEVIDAMENTE excluído do SIMPLES; em 2007 e essa exclusão se deu retroativa a agosto de 1999, o contribuinte não recebeu nenhuma notificação da RECEITA FEDERAL DO BRASIL, para RETIFICAR qualquer (GFIP), o que deveria ser feito pelo Auditor fiscal do referido órgão, mas não foi solicitado, portanto não tem sentido

nenhum o contribuinte ser punido por apresentar as (GFIP's) como sendo do simples se na devida época ele realmente era do SIMPLES, e não teve nenhum pedido por parte da Receita Federal do Brasil para fazer tais procedimentos.

No que diz respeito à matéria relacionada à exclusão do SIMPLES, não conheço, pois o recorrente não as alegou por ocasião da impugnação.

Portanto, no que diz respeito à estes insurgimentos, analisando o recurso apresentado, vê-se que estas insurgências são inovadoras em relação às alegações suscitadas perante a sua impugnação junto ao órgão julgador de origem. Por conta disso, considerando o fato de que estas alegações recursais além de genéricas são inovadoras, tem-se que as mesmas são preclusas, pela sua generalidade e por não terem sido submetidas à decisão de primeira instância.

Por conta disso, mesmo que a presente autuação se enquadrasse nas situações suscitadas pelo recorrente, estas não devem ser acatadas, haja vista o fato de que o contribuinte não as alegou por ocasião da impugnação, tornando-as preclusas administrativamente, conforme preleciona no artigo 17 do Decreto 70.235/72:

Art. 17. Considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante.

Vale lembrar que o Recurso Voluntário deve ater-se às matérias mencionadas na impugnação ou suscitadas na decisão recorrida, impondo-se o não conhecimento em relação àquelas que não tenham sido impugnadas ou mencionadas no acórdão de primeira instância administrativa em decorrência da preclusão processual.

Quanto a esta obrigação acessória, tem-se que a mesma está vinculada à obrigação principal formalizada através dos processos 14751.00141/2008-18 e/ou 14751.000142/2008-54, cujos recursos já foram julgados por este Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, com negativas de provimento e as respectivas inscrições na Dívida Ativa da União, não devendo, portanto, prosperarem as alegações do recorrente.

Já na parte conhecida, considerando que o recorrente não apresentou novas razões de defesa, não apresentou novas provas e nem contestou qualquer omissão de decisão sobre sua impugnação perante órgão julgador de primeira instância, como também o fato de que eu concordo plenamente com o decidido pelo acórdão recorrido, além de seguir o mandamento do & 3º do artigo 57 do Regimento Interno deste Conselho (RICARF) que reza:

Art. 57. Em cada sessão de julgamento será observada a seguinte ordem:

I - verificação do quórum regimental;

II - deliberação sobre matéria de expediente; e

III - relatório, debate e votação dos recursos constantes da pauta.

§ 1º A ementa, relatório e voto deverão ser disponibilizados exclusivamente aos conselheiros do colegiado, previamente ao início de cada sessão de julgamento correspondente, em meio eletrônico.

§ 2º Os processos para os quais o relator não apresentar, no prazo e forma estabelecidos no § 1º, a ementa, o relatório e o voto, serão retirados de pauta pelo presidente, que fará constar o fato em ata.

§ 3º A exigência do § 1º pode ser atendida com a transcrição da decisão de primeira instância, se o relator registrar que as partes não apresentaram novas razões de defesa perante a segunda instância e propuser a confirmação e adoção da decisão recorrida. (grifo nosso).

Decido por adotar como voto, a decisão integral do órgão julgador originário, a qual transcrevo a seguir:

O Autuado teve ciência do lançamento em 11/03/2008 (f. 15) e, assim, o prazo de trinta dias para defesa teve termo final em 10/04/2008. A impugnação foi apresentada em 10/04/2008 (fls. 25/26) e, portanto, é tempestiva. Dela conheço.

Em sua defesa, o Autuado não contestou a incorreção apontada na declaração em GFIP, pelo que se considera matéria não impugnada, nos termos do art. 17 do Decreto n.º 70.235, de 06/03/72, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal.

Em sua impugnação, limitou-se a alegar que o auditor não voltou a pedir a documentação faltante. Entretanto, a incorreção na declaração das informações em GFIP foi comprovada mediante a consulta aos sistemas da Receita Federal do Brasil, ratificando a ocorrência da infração. Cópias das telas de consulta aos sistemas da receita federal foram adunadas aos autos, por amostragem (fls. 27/30)

Ressalte-se, ainda, que o Autuado não comprovou a correção da falta no momento da impugnação.

### Conclusão

Por todo o exposto e por tudo o que consta nos autos, conheço parcialmente do presente recurso e na parte conhecida, voto por **NEGAR PROVIMENTO**.

(documento assinado digitalmente)

Francisco Nogueira Guarita